

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	16
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	108
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	109

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	628.487.690
Preferenciais	0
Total	628.487.690
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	3.454.793	1.000
1.01	Ativo Circulante	31.017	5
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.522	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	218	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	218	0
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	218	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.277	0
1.01.08.03	Outros	17.277	0
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	17.098	0
1.01.08.03.02	Dividendos e juros sobre capital próprios a receber	84	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	95	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.423.776	995
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.469	889
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.469	889
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.469	889
1.02.02	Investimentos	3.420.059	106
1.02.02.01	Participações Societárias	3.420.059	106
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.420.059	106
1.02.03	Imobilizado	248	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	248	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	3.454.793	1.000
2.01	Passivo Circulante	11.757	2.614
2.01.02	Fornecedores	68	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	702	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	702	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	0
2.01.03.01.02	Outros tributos	694	0
2.01.05	Outras Obrigações	10.987	2.614
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.735	2.614
2.01.05.02	Outros	1.252	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.252	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.443.036	-1.614
2.03.01	Capital Social Realizado	628.488	105
2.03.02	Reservas de Capital	2.312.050	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	502.498	-1.719

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	126.770	501.154	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.097	-8.105	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	134.867	509.259	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	126.770	501.154	0	0
3.06	Resultado Financeiro	278	483	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	293	649	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-15	-166	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	127.048	501.637	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.644	2.580	0	0
3.08.01	Corrente	64	0	0	0
3.08.02	Diferido	2.580	2.580	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	129.692	504.217	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	129.692	504.217	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20636	0,80288	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20518	0,79897	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	129.692	504.217	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	129.692	504.217	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-449	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.981	0
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em associadas	-509.259	0
6.01.01.04	Transações com pagamento baseado em ações	1.788	0
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	-215	0
6.01.01.07	Provisão de bônus e participação no resultado	68	0
6.01.01.10	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	501.637	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.532	0
6.01.02.03	Outros tributos a recuperar	637	0
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	-183	0
6.01.02.05	Partes relacionadas, líquidas	3.916	0
6.01.02.06	Fornecedores	68	0
6.01.02.07	Ordenados e salários a pagar	-68	0
6.01.02.10	Outros ativos e passivos, líquidos	1.162	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.004	0
6.02.01	Aporte de capital em subsidiárias e coligadas	-178.600	0
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-16.822	0
6.02.04	Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	134.666	0
6.02.05	Adições ao imobilizado	-248	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	74.970	0
6.03.07	Subscrição de minoritários	75.000	0
6.03.09	Outros	-30	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.517	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.522	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	105	0	0	-1.719	0	-1.614
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	105	0	0	-1.719	0	-1.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	628.383	2.312.050	0	0	0	2.940.433
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.497	0	0	0	3.497
5.04.08	Aumento de capital por contribuição da Comgás	622.160	2.239.776	0	0	0	2.861.936
5.04.09	Aumento de capital acionistas Compass	6.223	68.777	0	0	0	75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	504.217	0	504.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	504.217	0	504.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	628.488	2.312.050	0	502.498	0	3.443.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	105	0	0	0	0	105
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	105	0	0	0	0	105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	105	0	0	0	0	105

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.285	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.285	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.285	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.285	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	509.907	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	509.259	0
7.06.02	Receitas Financeiras	648	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	506.622	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	506.622	0
7.08.01	Pessoal	4.793	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.793	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.554	0
7.08.02.01	Federais	-2.554	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	166	0
7.08.03.01	Juros	166	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	504.217	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	504.217	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	15.106.795	1.002
1.01	Ativo Circulante	5.353.107	113
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.435.638	113
1.01.03	Contas a Receber	919.933	0
1.01.03.01	Clientes	919.933	0
1.01.04	Estoques	118.346	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	250.825	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	250.825	0
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.521	0
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	248.304	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.628.365	0
1.01.08.03	Outros	1.628.365	0
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.011.180	0
1.01.08.03.02	Dividendos e juros sobre capital próprios a receber	84	0
1.01.08.03.03	Ativos setoriais	404.907	0
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	139.017	0
1.01.08.03.05	Recebíveis de partes relacionadas	880	0
1.01.08.03.06	Outros	72.297	0
1.02	Ativo Não Circulante	9.753.688	889
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	558.449	889
1.02.01.04	Contas a Receber	17.877	0
1.02.01.04.01	Clientes	17.877	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.690	889
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.690	889
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	9	0
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	9	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	531.873	0
1.02.01.10.03	Outros tributos a recuperar	25.729	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	55.117	0
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	450.813	0
1.02.01.10.06	Outros ativos	214	0
1.02.03	Imobilizado	5.797	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.797	0
1.02.04	Intangível	9.189.442	0
1.02.04.01	Intangíveis	9.189.442	0
1.02.04.01.02	Ativos de contrato	710.290	0
1.02.04.01.03	Direito de uso	10.614	0
1.02.04.01.04	Intangível	8.468.538	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	15.106.795	1.002
2.01	Passivo Circulante	4.083.760	2.616
2.01.02	Fornecedores	1.271.962	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	317.869	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	317.869	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	164.786	0
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	153.083	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.213.882	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.664.466	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.108.378	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	556.088	0
2.01.04.02	Debêntures	549.416	0
2.01.05	Outras Obrigações	227.148	2.616
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.649	2.616
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22.649	2.616
2.01.05.02	Outros	204.499	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.478	0
2.01.05.02.04	Outros passivos financeiros	86.995	0
2.01.05.02.05	Arrendamentos	2.206	0
2.01.05.02.06	Passivos setoriais	93.587	0
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	8.906	0
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	11.327	0
2.01.06	Provisões	52.899	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.899	0
2.01.06.01.05	Provisões trabalhistas, salários e encargos	52.899	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.552.323	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.122.904	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.176.803	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	707.807	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	468.996	0
2.02.01.02	Debêntures	3.946.101	0
2.02.02	Outras Obrigações	442.724	0
2.02.02.02	Outros	442.724	0
2.02.02.02.03	Outros tributos a pagar	5.988	0
2.02.02.02.04	Arrendamentos	9.203	0
2.02.02.02.05	Passivos setoriais	403.467	0
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	24.066	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.216.965	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.216.965	0
2.02.04	Provisões	769.730	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	130.671	0
2.02.04.02	Outras Provisões	639.059	0
2.02.04.02.04	Obrigações de benefício pós-emprego	639.059	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.470.712	-1.614
2.03.01	Capital Social Realizado	628.488	105

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.02	Reservas de Capital	2.312.050	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	502.498	-1.719
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	27.676	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.559.752	4.035.097	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.033.876	-2.714.337	0	0
3.03	Resultado Bruto	525.876	1.320.760	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-279.626	-513.437	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-202.166	-360.994	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-107.140	-192.816	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.680	40.373	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	246.250	807.323	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-45.256	-45.852	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	86.368	326.533	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.624	-372.385	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	200.994	761.471	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.122	-253.018	0	0
3.08.01	Corrente	-130.025	-245.232	0	0
3.08.02	Diferido	59.903	-7.786	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.872	508.453	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	130.872	508.453	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	129.692	504.217	0	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.180	4.236	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20636	0,80288	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20518	0,79897	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	130.872	508.453	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	130.872	508.453	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	129.692	504.217	0	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.180	4.236	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	877.909	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.262.132	0
6.01.01.01	Depreciação e amortização	236.280	0
6.01.01.02	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	3.172	0
6.01.01.03	Transações com pagamento baseado em ações	3.512	0
6.01.01.04	Provisão para demandas judiciais	932	0
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	63.027	0
6.01.01.06	Provisão de bônus e participação no resultado	28.562	0
6.01.01.07	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	61.785	0
6.01.01.08	Ativos e passivos setoriais líquidos	101.812	0
6.01.01.09	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	761.471	0
6.01.01.10	Outros	1.579	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-384.223	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	161.888	0
6.01.02.02	Estoques	-30.282	0
6.01.02.03	Outros tributos a recuperar	-32.640	0
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	-441.701	0
6.01.02.05	Partes relacionadas, líquidas	-4.372	0
6.01.02.06	Fornecedores	59.587	0
6.01.02.07	Ordenados e salários a pagar	-30.406	0
6.01.02.08	Outros passivos financeiros	-47.735	0
6.01.02.09	Obrigação de benefício pós-emprego	-14.274	0
6.01.02.10	Outros ativos e passivos, líquidos	-4.288	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-295.234	0
6.02.02	Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-90.247	0
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-802.824	0
6.02.05	Adições ao imobilizado, intangível, ativos de contrato e direito de uso	-485.460	0
6.02.06	Caixa recebido via contribuição de investimento	1.083.297	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.852.850	0
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.008.491	0
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-269.306	0
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-27.842	0
6.03.04	Amortização de principal sobre arrendamentos	-1.111	0
6.03.05	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-502	0
6.03.06	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	70.022	0
6.03.07	Subscrição de minoritários	75.000	0
6.03.08	Dividendos pagos	-1.722	0
6.03.09	Outros	-180	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.435.525	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	113	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.435.638	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	105	0	0	-1.719	0	-1.614	0	-1.614
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	105	0	0	-1.719	0	-1.614	0	-1.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	628.383	2.312.050	0	0	0	2.940.433	23.440	2.963.873
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.497	0	0	0	3.497	15	3.512
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.158	-1.158
5.04.08	Aumento de capital com contribuição da Comgás	622.160	2.239.776	0	0	0	2.861.936	24.583	2.886.519
5.04.09	Aumento de capital acionistas Compass	6.223	68.777	0	0	0	75.000	0	75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	504.217	0	504.217	4.236	508.453
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	504.217	0	504.217	4.236	508.453
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	628.488	2.312.050	0	502.498	0	3.443.036	27.676	3.470.712

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	105	0	0	0	0	105	0	105
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	105	0	0	0	0	105	0	105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	105	0	0	0	0	105	0	105

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	5.147.648	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.726.277	0
7.01.02	Outras Receitas	66.837	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	416.319	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-61.785	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.599.092	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.079.451	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.322	0
7.02.04	Outros	-416.319	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.548.556	0
7.04	Retenções	-236.280	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-236.280	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.312.276	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.980	0
7.06.02	Receitas Financeiras	101.980	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.414.256	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.414.256	0
7.08.01	Pessoal	85.467	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.361	0
7.08.01.02	Benefícios	21.181	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	925	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	664.771	0
7.08.02.01	Federais	376.212	0
7.08.02.02	Estaduais	276.695	0
7.08.02.03	Municipais	11.864	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.565	0
7.08.03.01	Juros	108.656	0
7.08.03.02	Aluguéis	7.612	0
7.08.03.03	Outras	39.297	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	508.453	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	504.217	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.236	0

Comentário do Desempenho

São Paulo, 30 de julho de 2020, a Compass Gás e Energia S.A. divulga seus resultados referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2020. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, ou conforme indicado.

Relatório da Administração

A Compass Gás e Energia foi criada pela Cosan para oferecer soluções de gás e energia para o Brasil. A transformação e integração dos mercados de Gás e Energia já é uma realidade globalmente e está se iniciando no país.

1. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS EVENTOS DO PERÍODO

A Compass Gás e Energia S.A. ("Compass Gás e Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Cosan S.A., que detém 99,01% do seu capital social em 30 de junho de 2020.

A Companhia e suas controladas têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica por meio do gás natural.

Em 31 de maio de 2019, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), deliberou sobre a Quarta Revisão Tarifária Ordinária referente à atualização das tarifas da controlada Comgás, aplicadas a partir daquela data, em todos os segmentos. Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor.

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu à Companhia, toda sua participação na Comgás. O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 1 de janeiro de 2020, a Companhia passou a deter o controle da Comgás.

Comentário do Desempenho

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu, por meio de uma de suas subsidiárias, a Compass Comercializadora de Energia Ltda. ("Compass Comercializadora"), além do controle da Compass Geração Ltda. ("Compass Geração") e da Compass Energia Ltda. ("Compass Energia"), denominadas em conjunto "Compass Trading", por um valor equivalente a R\$95.000 mil. O valor justo de aquisição gerou uma alocação de ágio preliminar de R\$90.631 mil.

Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, o grupo Cosan sofreu um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais desde o ataque. Não houve impactos potenciais nas informações financeiras da Companhia.

Após o incidente, o grupo tomou algumas medidas preventivas adicionais para reduzir os riscos cibernéticos, incluindo a contratação de uma empresa para realizar trabalhos forense no ataque sofrido, que afetou parte do ambiente hospedado no data center localizado no Centro de Serviços Compartilhados, bem como máquinas de usuários (desktops e laptops) conectados à rede. Com base na experiência e nas ferramentas da empresa contratada, nas entrevistas com o pessoal de TI e nas evidências técnicas presentes no ambiente, foi possível determinar uma lista de servidores a serem verificados. Embora não tenha sido possível encontrar o vetor de entrada do ataque, foi possível identificar, na visão de TI, de maneira satisfatória, o processo e as características do ataque para posterior evolução do ambiente tecnológico.

Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto da Covid-19 uma pandemia. Após essa declaração, vários países e estados instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. Como consequência das incertezas causadas pela pandemia, a Comgás suspendeu temporariamente suas projeções (Guidance) para 2020.

A Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das operações consideradas atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

Apesar das medidas adotadas para conter o progresso da Covid-19 e das medidas de ajuda anunciadas pelos governos em todo o mundo, incluindo o governo brasileiro, até a presente data, não podemos prever a extensão, a duração e os impactos dessas medidas de contenção ou os resultados das medidas de ajuda nos países em que operamos e/ou vendemos nossos produtos. Com base nas informações disponíveis, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

Comentário do Desempenho

- Medidas de assistências governamentais

Diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

- I. Medida Provisória 932/2020. A Medida Provisória 932 reduz as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período relativo às competências compreendidas entre abril e junho de 2020.
- II. Compromisso firmado entre a subsidiária Comgás e Governo do Estado de São Paulo de manter o fornecimento de gás para clientes de determinados segmentos inadimplentes até 31 de julho de 2020.

- Impactos financeiros

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a subsidiária Comgás executou determinadas ações de gestão de risco financeiro, entre elas:

- I. Em 1 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 4ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$200.000 mil;
- II. Em 7 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 5ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$500.000 mil;
- III. Em 7 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a assinatura do contrato de financiamento ("*Credit Agreement*"), nos termos da Lei nº 4.131/1962, com o banco The Bank of Nova Scotia, no valor nominal de U.S.\$75.000 mil;
- IV. Em 15 de abril de 2020, a Comgás emitiu 38 notas promissórias comerciais, da 6ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$380.000 mil.

Em dezembro de 2019, a Comgás assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para expansão do gasoduto de distribuição de gás. Em 13 de maio de 2020, foram obtidos recursos na ordem de R\$563.000 mil, referentes ao contrato assinado com o BNDES em dezembro de 2019.

Além disso, a Comgás revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio das projeções macroeconômicas de cada segmento, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, o que refletiu num aumento total de aproximadamente R\$54.000 mil de perdas esperadas nos meses de abril a junho de 2020.

Comentário do Desempenho

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as controladas da Companhia estavam em fase pré-operacional e, portanto, não representavam um segmento no período comparativo. A contribuição das controladas Comgás e Compass Trading ocorreu em 2020, portanto, não há informações comparativas dessas operações.

A Comgás, que representou 94% da receita bruta total da Compass Gás e Energia no período, teve seus volumes de quase todos os segmentos de operação impactados pela pandemia do novo Coronavírus, notadamente o industrial e comercial. Já o segmento residencial foi beneficiado pelo maior consumo unitário, em função do isolamento social, temperatura média inferior no período e adição de novos clientes à base, compensando parcialmente o impacto negativo dos demais setores de atuação.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Conforme descrito anteriormente, a partir de 14 e 30 de janeiro de 2020, a Compass Gás e Energia passou a controlar a Comgás e a Compass trading, respectivamente. Desse modo, todas as rubricas dos resultados do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 foram impactadas pela consolidação desses negócios.

A consolidação da Comgás, por representar maior participação em cada rubrica do período, consiste na principal razão das variações apresentadas. Detalhes adicionais dos resultados da Comgás estão disponíveis em seus releases de resultados: <https://ri.comgas.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

A tabela de reconciliação da Demonstração de Resultados completa encontra-se disponível no anexo deste documento.

Receita líquida

	30/06/2020
Segmentos reportados	
Distribuição de gás	
Gás natural	
Industrial	2.245.829
Residencial	620.736
Cogeração	149.935
Automotivo	103.078
Comercial	163.022
Receita de construção	416.319
Outros	22.289
	3.721.208
Comercialização de energia elétrica	313.889
Total	4.035.097

Comentário do Desempenho

A receita líquida totalizou R\$ 4.035,1 milhões no período. A receita da Comgás, composta pelas vendas de gás natural para os clientes conectados à rede, representou 92% da rubrica no período.

Custo de Bens e Serviços

O custo de bens e serviços somou R\$ 2.714,3 milhões no período. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pela Comgás, composto pelo custo do gás, transporte, construção, entre outros, representou 89% desta linha no períodos.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas e receitas operacionais foram de R\$ 513,4 milhões no período. A Comgás representou 93% e 95% do total no período.

EBITDA

O EBITDA da Compass somou R\$ 1.044 milhões, dos quais R\$ 1.055,3 milhões foram contribuição da Comgás.

Resultado Financeiro

A Comgás incorreu despesa líquida de R\$ 73,6 milhões e a Compass Trading receita líquida de R\$ 27,2 milhões. O resultado financeiro apresentou os seguintes impactos:

- i. redução dos indexadores (CDI - 2,15% em 2020 e 5,65% em 2019 -, IPCA - 3,07% em 2020 e 4,09% em 2019 - e IGPM - 3,84% em 2020 e 4,30% em 2019) em virtude da constante queda dos juros no país compensadas pelo aumento na dívida média (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus);
- ii. aumento da caixa médio (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus); e
- iii. incremento do câmbio em 2020 em decorrência da deterioração do real frente ao dólar por conta da pandemia do coronavírus e instabilidades políticas, tendo passado de R\$3,83 em 2019 para R\$ 5,48 em 2020;

Resultado Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 508,5 milhões no período. A Comgás representou 87% do consolidado do período.

Comentário do Desempenho

Investimentos

A Comgás, controlada operacional com maior volume de dispêndios, realizou investimentos em linha com o plano de negócios para o ano, focados principalmente na extensão e manutenção da rede de distribuição.

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto pela consolidação das dívidas da Comgás, as quais possuem 69% dos vencimentos no longo prazo.

4. REGULAÇÃO

Como prestadora de serviços públicos, as atividades da Comgás, controlada direta da Companhia, são reguladas pela ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, órgão do governo do Estado de São Paulo.

O serviço de distribuição de gás natural canalizado explorado pela companhia está regulamentado pelo contrato de concessão, o qual prevê ciclos tarifários de cinco anos, e as condições para o cálculo e aplicação das tarifas durante esses ciclos. A finalidade é fixar uma margem justa para a Concessionária e aos Usuários. É da margem que saem os recursos para os custos de operação da empresa, investimentos e remuneração dos acionistas.

A ARSESP, através da Nota Técnica Nº RTG/01/2016 e do Aviso de Audiência Pública Nº 04/2016 de 24 de novembro de 2016, retomou o processo de discussão da metodologia da revisão tarifária da Comgás. Em 15 de dezembro de 2016, o processo de discussão do WACC também foi retomado, através da Nota Técnica Nº RTG/02/2016 e do Aviso de Reabertura Consulta Pública Nº 02/2014.

Comentário do Desempenho

Em 01/02/2019 a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse da conta corrente regulatória, acumulado dos últimos 12 meses. A publicação impactou as tarifas dos diferentes segmentos e volumes de consumo, sendo o aumento médio para o segmento residencial de até 11% e para o comércio de até 14%. Para Indústria o impacto foi de 32% e para o GNV foi um reajuste de 40%.

Em 06/02/2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, através da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019, que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

No dia 26/02/2019 a ARSESP publicou a Deliberação nº 852 que reduziu o percentual de variação das tarifas da Comgás, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: -3% no segmento residencial; -4% para o segmento comercial; -7% para o segmento industrial; e -8% para o Gás Natural Veicular (GNV), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01/03/2019 e deverá ser mantido até a data base de atualização das tarifas da Comgás em 31/05/2019.

No dia 02/04/2019, a ARSESP comunicou a abertura da Consulta Pública nº 03/2019 e da Audiência Pública nº 01/2019 para o recebimento da contribuição à Proposta de cálculo da Margem Máxima, Fator X e Estrutura Tarifária da 4ª Revisão Tarifária Ordinária. A audiência ocorreu no dia 17/04/2019, e a previsão para a conclusão do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Comgás é 24 de maio deste ano.

Comentário do Desempenho

Em 23/05/2019 a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 a 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF-0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Como consequência do resultado da revisão tarifária a ARSESP publicou em 30/05/2019 a deliberação 875 atualizando as margens de distribuição para cada segmento além do custo do gás e do repasse da conta gráfica.

Esta deliberação foi retificada, em 04/06/2019, pois algumas bandas de clientes do segmento alto fator de carga industrial, segmento industrial TUSD e segmento cogeração TUSD estavam sem os valores publicados.

Em 04/09/2019 a ARSESP publicou a deliberação 901 estabelecendo o cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da Comgás. Este cronograma previa a publicação de uma nota técnica metodológica, cálculo do custo médio ponderado de capital, margem máxima e ajustes compensatórios para o período compreendido entre 31/05/2014 e 30/05/2018.

Esta deliberação previa a realização de consulta e audiência pública entre os dias 24/10/2019 e 18/11/2019 sendo que a publicação dos resultados finais estava prevista para ocorrer até o dia 16/12/2019.

No dia 07/12/2019 a ARSESP publicou a deliberação 933, aprovando o valor determinado na Nota Técnica e Relatório Circunstanciado oriundos da CP 14/2019 e CP 15/2019, como resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás.

Comentário do Desempenho

No dia 02/03/2020 a ARSESP publicou a deliberação nº 968, atualizando o custo do gás e transporte, que resultou nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás dos segmentos: diminuição média de 2% no segmento industrial, de 1% no segmento residencial e comercial, e redução de 3% no preço do Gás Natural Veicular (GNV), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis, e para cogeração. Esse ajuste ficou válido a partir desta data.

Em 27/05/2020, através da publicação da deliberação 995, a ARSESP atualizou as tarifas da Comgás para todos os segmentos. O reajuste está previsto no contrato de Concessão e reflete a atualização das margens de distribuição e dos custos da molécula do gás e do transporte. Para todos os segmentos ocorreu uma queda nas tarifas finais pagas pelos consumidores sendo em média - 0,5% para o segmento residencial; -2% para o segmento comercial; -12% para o segmento industrial; e -15% para o Gás Natural Veicular. Por este motivo, foi alterado o valor do P0 que passou para R\$ 0,5185 / m³ (em moeda de abril de 2018), sendo que um ajuste compensatório foi embutido nas tarifas até a finalização do atual ciclo tarifário.

5. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, desde o exercício social de 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes tem atuado como auditores externos da Companhia.

A Companhia não contratou junto a Ernst & Young Auditores Independentes outros serviços não relacionados à auditoria externa.

A Companhia também mantém um Comitê de Auditoria, que tem dentre as suas atribuições, manter a imparcialidade de atuação dos auditores externos.

Comentário do Desempenho**ANEXO****Demonstrações de Resultados**

	30/06/2020				
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Comercialização de energia	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	Consolidado
Resultado do período					
Receita operacional bruta	5.305.336	346.114	-	-	5.651.450
Receita operacional líquida	3.721.208	313.889	-	-	4.035.097
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.413.301)	(301.036)	-	-	(2.714.337)
Resultado bruto	1.307.907	12.853	-	-	1.320.760
Despesas de vendas	(360.994)	-	-	-	(360.994)
Despesas gerais e administrativas	(168.216)	(1.082)	(23.518)	-	(192.816)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	40.373	(8)	8	-	40.373
Equivalência patrimonial	-	-	535.510	(535.510)	-
Resultado financeiro líquido	(73.560)	27.162	546	-	(45.852)
Despesas financeiras	(172.307)	(75)	(216)	-	(172.598)
Receitas financeiras	123.695	160	762	-	124.617
Variação cambial líquida	(199.788)	-	-	-	(199.788)
Derivativos	174.840	27.077	-	-	201.917
Imposto de renda e contribuição social	(248.146)	(12.674)	7.802	-	(253.018)
Resultado líquido do período	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	497.364	26.251	520.348	(539.746)	504.217
Acionistas não controladores	-	-	-	4.236	4.236
	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Outras informações selecionadas:					
Depreciação e amortização	236.280	-	-	-	236.280
EBITDA	1.055.350	11.763	512.000	(535.510)	1.043.603
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	479.716	-	5.744	-	485.460
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do período	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Imposto de renda e contribuição social	248.146	12.674	(7.802)	-	253.018
Resultado financeiro líquido	73.560	(27.162)	(546)	-	45.852
Depreciação e amortização	236.280	-	-	-	236.280
EBITDA	1.055.350	11.763	512.000	(535.510)	1.043.603

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Cosan S.A., que detém 99,01% do seu capital social em 30 de junho de 2020.

A Companhia e suas controladas têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica por meio do gás natural.

Em 31 de maio de 2019, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), deliberou sobre a Quarta Revisão Tarifária Ordinária referente à atualização das tarifas da controlada Comgás, aplicadas a partir daquela data, em todos os segmentos. Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor.

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu à Companhia, toda sua participação na Comgás (nota 7.3). O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 1 de janeiro de 2020, a Companhia passou a deter o controle da Comgás.

Notas Explicativas

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu, por meio de uma de suas subsidiárias, a Compass Comercializadora de Energia Ltda. (“Compass Comercializadora”), além do controle da Compass Geração Ltda. (“Compass Geração”) e da Compass Energia Ltda. (“Compass Energia”), denominadas em conjunto “Compass Trading” (nota 7.2), por um valor equivalente a R\$95.000. O valor justo de aquisição gerou uma alocação de ágio preliminar de R\$90.507.

1.1. Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia, a sua controladora e suas controladas sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas em nossa Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais desde o ataque. Não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Após o incidente, a Companhia, a sua controladora e suas controladas tomaram algumas medidas preventivas adicionais para reduzir os riscos cibernéticos, incluindo a contratação de uma empresa para realizar trabalhos forense no ataque sofrido, que afetou parte do ambiente hospedado no data center localizado no Centro de Serviços Compartilhados, bem como máquinas de usuários (*desktops* e *laptops*) conectados à rede. Com base na experiência e nas ferramentas da empresa contratada, nas entrevistas com o pessoal de TI e nas evidências técnicas presentes no ambiente, foi possível determinar uma lista de servidores a serem verificados. Embora não tenha sido possível encontrar o vetor de entrada do ataque, foi possível identificar, na visão de TI, de maneira satisfatória, o processo e as características do ataque para posterior evolução do ambiente tecnológico.

Até 30 de junho de 2020, a Companhia e as demais empresas do Grupo Cosan gastaram R\$ 7.595 em relação ao ataque cibernético, incluindo os custos de prevenção, detecção, resposta e gerenciamento, implantação de tecnologias adicionais de cibersegurança e contratação de mão de obra especializada.

Notas Explicativas

1.2. Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto da Covid-19 uma pandemia. Após essa declaração, vários países e estados instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. Como consequência das incertezas causadas pela pandemia, a controlada Comgás suspendeu temporariamente suas projeções (*Guidance*) para 2020.

A Companhia e suas controladas implementaram um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das operações consideradas atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

Apesar das medidas adotadas para conter o progresso da Covid-19 e das medidas de ajuda anunciadas pelos governos em todo o mundo, incluindo o governo brasileiro, até a presente data, não podemos prever a extensão, a duração e os impactos dessas medidas de contenção ou os resultados das medidas de ajuda nos países em que operamos e / ou vendemos nossos produtos. Com base nas informações disponíveis, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

a) Medidas de assistências governamentais

Diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela Companhia e suas controladas:

- i. *Medida Provisória 932/2020*. A Medida Provisória 932 reduziu as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período relativo às competências compreendidas entre abril e junho de 2020.

Notas Explicativas

- ii. Compromisso firmado entre a subsidiária Comgás e o Governo do Estado de São Paulo de manter o fornecimento de gás para clientes de determinados segmentos inadimplentes até 31 de julho de 2020.

b) Impactos financeiros

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a subsidiária Comgás executou determinadas ações de gestão de risco financeiro, entre elas:

- i. Em 1 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 4ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$200.000;
- ii. Em 7 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 5ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$500.000;
- iii. Em 7 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a assinatura do contrato de financiamento ("*Credit Agreement*"), nos termos da Lei nº 4.131/1962, com o banco The Bank of Nova Scotia, no valor nominal de U.S.\$75.000 mil;
- iv. Em 15 de abril de 2020, a Comgás emitiu 38 notas promissórias comerciais, da 6ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$380.000.

Em dezembro de 2019, a Comgás assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para expansão do gasoduto de distribuição de gás. Em 13 de maio de 2020, foram obtidos recursos na ordem de R\$563.000, referentes ao contrato assinado com o BNDES em dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Além disso, a Comgás revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio das projeções macroeconômicas de cada segmento, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, o que refletiu num aumento total de aproximadamente R\$54.000 de perdas esperadas nos meses de abril a junho de 2020.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 30 de julho de 2020.

Notas Explicativas

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas nas suas respectivas notas explicativas, exceto:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5.3** – Contas a receber de clientes
- **Nota 5.10** – Mensuração de valor justo reconhecidas
- **Notas 8.1 e 8.2** – Intangível
- **Nota 9** - Compromissos

Notas Explicativas

- **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 12** - Provisões para demandas e depósitos judiciais
- **Nota 20** – Obrigações de benefício pós-emprego
- **Nota 21** - Pagamentos baseados em ações

4 Informações por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Compass Gás e Energia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no resultado e no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (“EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”).

a) Segmentos reportados

- Distribuição de Gás: distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração.
- Comercialização de energia: comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação.
- Todos outros segmentos: outros investimentos em processo de desenvolvimento, incluindo TRSP e Rota 4.

30/06/2020

	Segmentos reportados		Reconciliação		Consolidado
	Distribuição de gás	Comercialização de energia	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	
Resultado do período					
Receita operacional bruta	5.305.336	346.114	-	-	5.651.450
Receita operacional líquida	3.721.208	313.889	-	-	4.035.097
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.413.301)	(301.036)	-	-	(2.714.337)
Resultado bruto	1.307.907	12.853	-	-	1.320.760
Despesas de vendas	(360.994)	-	-	-	(360.994)
Despesas gerais e administrativas	(168.216)	(1.082)	(23.518)	-	(192.816)
Outras receitas (despesas) operacionais,	40.373	(8)	8	-	40.373
Equivalência patrimonial	-	-	535.510	(535.510)	-
Resultado financeiro líquido	(73.560)	27.162	546	-	(45.852)
Despesas financeiras	(172.307)	(75)	(216)	-	(172.598)
Receitas financeiras	123.695	160	762	-	124.617
Variação cambial líquida	(199.788)	-	-	-	(199.788)
Derivativos	174.840	27.077	-	-	201.917
Imposto de renda e contribuição social	(248.146)	(12.674)	7.802	-	(253.018)
Resultado líquido do período	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	497.364	26.251	520.348	(539.746)	504.217
Acionistas não controladores	-	-	-	4.236	4.236
	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Outras informações selecionadas:					
Depreciação e amortização	236.280	-	-	-	236.280
EBITDA	1.055.350	11.763	512.000	(535.510)	1.043.603
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	479.716	-	5.744	-	485.460
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do período	497.364	26.251	520.348	(535.510)	508.453
Imposto de renda e contribuição social	248.146	12.674	(7.802)	-	253.018
Resultado financeiro líquido	73.560	(27.162)	(546)	-	45.852
Depreciação e amortização	236.280	-	-	-	236.280
EBITDA	1.055.350	11.763	512.000	(535.510)	1.043.603

30/06/2020

	Segmentos reportados		Reconciliação		Consolidado
	Distribuição de gás	Comercialização de energia	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	
Itens do balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	2.390.208	24.263	21.167	-	2.435.638
Títulos e valores mobiliários	984.592	-	26.588	-	1.011.180
Contas a receber de clientes	802.449	117.484	-	-	919.933
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	549.570	40.260	-	-	589.830
Estoques	118.346	-	-	-	118.346
Impostos a recuperar	273.155	3.147	252	-	276.554
Ativos setoriais	404.907	-	-	-	404.907
Outros ativos circulantes	71.962	22	406	-	72.390
Outros ativos não circulantes	784.347	31	11.895	(3.205)	793.068
Investimentos em associadas	-	-	3.601.318	(3.601.318)	-
Direito de uso	10.614	-	-	-	10.614
Imobilizado	-	54	5.743	-	5.797
Intangível	8.378.031	90.507	-	-	8.468.538
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.336.786	-	-	-	7.336.786
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	-	8.906	-	-	8.906
Fornecedores	1.202.075	69.234	653	-	1.271.962
Ordenados e salários a pagar	51.664	-	1.235	-	52.899
Outras contas a pagar circulantes	424.674	6.594	12.255	(3.206)	440.317
Arrendamentos	11.409	-	-	-	11.409
Passivos setoriais	497.054	-	-	-	497.054
Outras contas a pagar não circulantes	1.994.820	9.776	12.154	-	2.016.750
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	3.249.699	181.258	3.641.072	(3.601.317)	3.470.712
Ativo total	14.768.181	275.768	3.667.369	(3.604.523)	15.106.795
 Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	3.249.699	181.258	3.641.072	(3.628.993)	3.443.036
Acionistas não controladores	-	-	-	27.676	27.676
Total do patrimônio líquido	3.249.699	181.258	3.641.072	(3.601.317)	3.470.712

Notas Explicativas

4.1 Receita operacional líquida por segmento de cliente

	30/06/2020
Segmentos reportados	
Distribuição de gás	
Gás natural	
Industrial	2.245.829
Residencial	620.736
Cogeração	149.935
Automotivo	103.078
Comercial	163.022
Receita de construção	416.319
Outros	22.289
	3.721.208
Comercialização de energia elétrica	313.889
Total	4.035.097

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos períodos apresentados em outros segmentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as controladas da Companhia estavam em fase pré-operacional e, portanto, não representavam um segmento no período comparativo. As operações de aquisição de controle das controladas Comgás e Compass Trading ocorreram em 2020, portanto, não há informações comparativas dessas controladas.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos					
Valor justos por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	13.507	-	1.096.835	-
Títulos e valores mobiliários	5.2	17.098	-	1.011.180	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	589.830	-
		30.605	-	2.697.845	-
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	15	5	1.338.803	113
Contas a receber de clientes	5.3	-	-	937.810	-
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	-	-	889	-
Ativos setoriais	10	-	-	404.907	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		84	-	84	-
		99	5	2.682.493	113
Total		30.704	5	5.380.338	113
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-	-	5.290.508	-
Arrendamentos		-	-	11.409	-
Fornecedores	5.6	68	-	1.271.962	-
Outros passivos financeiros		-	-	86.995	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	-	-	1.478	-
Pagáveis a partes relacionadas	5.5	9.735	2.614	22.649	2.616
Passivos setoriais	10	-	-	497.054	-
Parcelamento de débitos tributários		-	-	6.672	-
		9.803	2.614	7.188.727	2.616
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-	-	2.046.278	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	8.906	-
		-	-	2.055.184	-
Total		9.803	2.614	9.243.911	2.616

Notas Explicativas

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	15	5	58.319	113
Aplicações financeiras	13.507	-	2.377.319	-
Total	13.522	5	2.435.638	113

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2020	30/06/2020
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	13.507	1.096.835
Total aplicações em fundos de investimento	13.507	1.096.835
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	1.280.484
Total aplicações em bancos	-	1.280.484
Total aplicações financeiras	13.507	2.377.319

Operações compromissadas referem-se a compra de títulos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de até 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

Os certificados de depósitos bancários ("CDB") são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras, com vencimentos originais de até 90 dias, sem penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram rentabilizadas em 100% do certificado de depósito interbancário (“CDI”) em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Veja a nota 19 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros.

5.2 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

	Controladora	Consolidado
	30/06/2020	30/06/2020
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos	17.098	1.011.180
	17.098	1.011.180

Os títulos públicos possuem taxa de juros atrelada ao sistema especial de liquidação e de custódia (“Selic”) e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

5.3 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

Notas Explicativas

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado
	30/06/2020
Contas a receber	529.643
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	539.215
Outros	27.250
	1.096.108
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(158.298)
	(158.298)
Total	937.810
Circulante	919.933
Não circulante	17.877

- (i) A receita não faturada refere-se ao fornecimento de gás e energia no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados. Veja política contábil na nota 15.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado
	30/06/2020
A vencer	849.424
Vencidas	
Até 30 dias	68.193
De 31 a 60 dias	12.889
De 61 a 90 dias	26.311
Mais de 90 dias	139.291
Perda esperada de crédito	(158.298)
	937.810

As movimentações ocorridas no saldo de perdas esperadas de crédito são as seguintes:

	Consolidado
	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	(100.941)
Adições / reversões ⁽ⁱⁱ⁾	(61.785)
Baixas	4.428
Saldo em 30 de junho de 2020	(158.298)

- (i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.
- (ii) Do total reconhecido, aproximadamente R\$ 54.000 foram adicionais por conta de maior inadimplência decorrente da pandemia da COVID-19 conforme detalhado na nota 1.

Notas Explicativas

5.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do período não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Em 30 de junho de 2020, não houve redução no valor recuperável de recebíveis, pois não foi identificado nenhum indicador de redução ao valor recuperável relacionados à partes relacionadas.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Consolidado 30/06/2020
Ativo circulante	
Operações comerciais	
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	880
	880
Ativo não circulante	
Operações financeiras e societárias	
Outros	9
	9

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	15.949	-
Cosan S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	6.530	2.614	6.700	2.616
TRSP – Terminal de Regaseificação de São Paulo	3.205	-	-	-
	9.735	2.614	22.649	2.616

- (i) A operação comercial refere-se ao fornecimento de gás para os postos de combustíveis da Raízen Combustíveis.
- (ii) As obrigações societárias e contratuais com a Raízen Energia S.A. são gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.
- (iii) Despesas societárias pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia durante o exercício de 2020.

Notas Explicativas

b) Transações com partes relacionadas:

	Consolidado
	30/06/2020
Receita operacional	
Raízen Combustíveis S.A.	7.334
Elevações Portuárias S.A.	388
	7.722
Despesas compartilhadas	
Raízen Energia S.A.	(20.361)
	(20.361)

c) Remuneração da administração:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração que inclui salários, contribuições para um plano de benefícios definidos pós-emprego e pagamento baseado em ações. Em 30 de junho de 2020, não havia despesas materiais a serem divulgadas relacionadas à remuneração da Administração.

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

Notas Explicativas

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

	Encargos financeiros		Consolidado		
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	30/06/2020	Vencimento	Objetivo
Empréstimos e financiamentos					
BNDES ⁽ⁱ⁾	IPCA + 4,10%	5,80%	184.918	abr-29	Investimentos
	IPCA + 3,25%	4,93%	540.663	abr-29	Investimentos
Nota promissória	CDI + 3,00%	5,21%	202.175	abr-21	Investimentos
	CDI + 3,40%	5,62%	505.193	abr-21	Investimentos
	CDI + 3,00%	5,21%	383.236	abr-21	Investimentos
EIB	USD + 2,94%	2,94%	19.864	set-20	Investimentos
	USD + LIBOR6M + 0,54%	1,11%	65.308	mai-21	Investimentos
	USD + LIBOR6M + 0,61%	1,35%	92.051	set-21	Investimentos
Resolução 4131 - Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	439.848	mai-23	Investimentos
Resolução 4131 - Scotiabank 2020	USD + 1,59%	1,59%	408.013	mai-23	Investimentos
Total dos empréstimos e financiamentos			2.841.269		
Debêntures					
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	7,29%	110.106	set-20	Investimentos
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	8,89%	331.762	dez-20	Investimentos
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	9,23%	298.734	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	9,11%	98.418	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	7,60%	903.517	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	6,03%	444.278	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,23%	252.248	mai-28	Investimentos
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	2,66%	2.056.454	out-22	Investimentos
Total das debêntures			4.495.517		
Total			7.336.786		
Circulante			2.213.882		
Não circulante			5.122.904		

- (i) Em 16/06/2020, os empréstimos denominados Projeto VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito e contrato junto ao BNDES, uma vez que tal transação propiciou a subsidiária Comgás simplificar a estrutura contratual, bem como reduzir o custo da dívida.

Foram utilizados para o cálculo das taxas médias, em bases anuais, a taxa anual do CDI de 4,60% e taxa de juros de longo prazo ("TJLP") de 5,39%.

Notas Explicativas

Os montantes não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado
	30/06/2020
13 a 24 meses	324.883
25 a 36 meses	2.294.053
37 a 48 meses	1.321.234
49 a 60 meses	555.899
61 a 72 meses	202.907
73 a 84 meses	171.163
85 a 96 meses	171.163
Acima de 96 meses	81.602
	5.122.904

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Consolidado
	30/06/2020
Reais (R\$)	6.311.702
Dólar (U.S.\$)	1.025.084
	7.336.786

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial por meio de derivativos (nota 5.9).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o período findo em 30 de junho de 2020:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	5.244.942
Captação	2.008.491
Amortização de principal	(269.306)
Pagamento de juros	(27.842)
Juros, variação cambial e valor justo	380.501
Saldo em 30 de junho de 2020	7.336.786

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,99% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 30 de junho de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 180.464.

Notas Explicativas

b) Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas subsidiárias são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
BNDES	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,40
Resolução 4131	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,40
Nota promissória	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,40
Debêntures de 3ª a 8ª emissões	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,40
Debêntures de 3ª a 4ª emissões	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,31

- (i) "Dívida líquida" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos e debêntures da subsidiária Comgás, de curto e longo prazos, em bases consolidadas (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos que a Comgás seja parte), menos as disponibilidades de curto prazo (somatório do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários);
- (ii) "EBITDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia, não constam nenhuma cláusula restritiva financeira.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Os termos dos empréstimos incluem provisões para *cross-default*.

c) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.10) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 19.

Notas Explicativas

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

	Controladora	Consolidado
	30/06/2020	30/06/2020
Fornecedores de gás/transportes	-	1.001.351
Suprimento e transporte de energia elétrica	-	69.234
Fornecedores de materiais e serviços	68	201.377
	68	1.271.962

A subsidiária Comgás tem contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. ("Gás Brasileiro"), nas seguintes condições:

- I. Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2021, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 5,22 milhões de m³/dia, denominado Firme Nacional;
- II. Contrato com a Petrobras na modalidade Firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 4,62 milhões de m³/dia, denominado NMG (Novo Mercado de Gás);
- III. Contrato com a Petrobras na modalidade Firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ ("*Transportation Capacity Quantity*");
- IV. Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termoeletricidade ("PPT") com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda., com vigência até 31 de março de 2023.
- V. Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade Firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2021 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Notas Explicativas

Os contratos de fornecimento de gás natural, Firme Nacional e TCQ, possuem preços compostos por dois componentes: um indexado a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustado trimestralmente; e outro ajustado anualmente com base nas taxas de inflação local e/ou dos EUA. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano.

5.7 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Notas Explicativas

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

O impacto dos instrumentos de *hedge* nos balanços patrimoniais é:

	Nocional ⁽ⁱ⁾	Valor justo
	30/06/2020	30/06/2020
Derivativos de energia elétrica		
Contratos a termo	450.357	31.354
	450.357	31.354
Risco de taxa de câmbio e juros		
Contratos de <i>swap</i> (juros)	763.800	232.939
Contratos de <i>swap</i> (juros e câmbio)	712.859	316.631
	1.476.659	549.570
Total de instrumentos contratados pela Companhia		580.924
Ativos		589.830
Passivos		(8.906)
		580.924

- (i) Os montantes de nocional em U.S. dólar são convertidos para reais pela taxa de câmbio do dia da contratação.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos, de acordo com a política de gestão de riscos da Companhia.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Nocional (US\$)	Valor contábil: (R\$) 30/06/2020	Ajuste acumulado de valor justo 30/06/2020
Dívida			
Debêntures 3ª emissão - 3ª série	79.299	(110.106)	(1.749)
Debêntures 5ª emissão - série única	684.501	(903.517)	(34.899)
Total dívida	763.800	(1.013.623)	(36.648)
Derivativo			
Swaps 3ª emissão - 3ª série	(79.299)	27.161	2.319
Swaps 5ª emissão - série única	(684.501)	205.778	30.516
Total derivativo	(763.800)	232.939	32.835
Total	-	(780.684)	(3.813)

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Notas Explicativas

5.8 Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Notas Explicativas

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Consolidado	
	Ativos e passivos mensurados ao valor justo ⁽ⁱ⁾	
	Valor contábil	30/06/2020
	30/06/2020	Nível 2
Ativos		
Aplicação em fundos de investimento	1.096.835	1.096.835
Títulos e valores mobiliários	1.011.180	1.011.180
Instrumentos financeiros derivativos	589.830	589.830
Total	2.697.845	2.697.845
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.046.278)	(2.046.278)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.906)	(8.906)
Total	(2.055.184)	(2.055.184)

Notas Explicativas

- (i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

6. Outros tributos a recuperar

Política Contábil

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado
	30/06/2020
COFINS ⁽ⁱ⁾	135.275
ICMS	93.295
PIS ⁽ⁱ⁾	29.459
ICMS CIAP	15.151
Outros	853
	274.033
Circulante	248.304
Não circulante	25.729

- (i) Para maiores detalhes, vide nota 12.

Notas Explicativas

7 Investimentos em associadas

7.1 Subsidiárias

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

As subsidiárias da Companhia estão listadas abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Participação direta e indireta em subsidiárias		
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	99,15%	-
Comercializadora de Gás S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	100,00%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Compass Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	-
Compass Geração Ltda	100,00%	-
Compass Energia Ltda	100,00%	-
Black River Participações	100,00%	-

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias que são materiais para a Companhia em 30 de junho de 2020:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	132.520.587	131.396.224	99,15%
Comercializadora de Gás S.A.	125.105.000	125.105.000	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	4.605.000	4.605.000	100,00%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	17.205.000	17.205.000	100,00%

Movimentação:

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Contribuição de investimento (i)	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos (ii)	Aumento de capital (iii)	Saldo em 30 de junho de 2020
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	-	493.134	2.861.936	1.703	(134.750)	-	3.222.023
Comercializadora de Gás S.A.	100	16.171	-	-	-	160.000	176.271
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6	(40)	-	-	-	17.205	17.171
Rota 4 Participações S.A.	-	(6)	-	-	-	4.600	4.594
Total investimento em associadas	106	509.259	2.861.936	1.703	(134.750)	181.805	3.420.059

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

Notas Explicativas

- (ii) Em 28 de janeiro de 2020, a subsidiária Comgás aprovou dividendos intercalares no valor de R\$135.907, dos quais R\$ 134.666 foram pagos.
- (iii) Do montante de aumento de capital, R\$ 178.600 foram pagos. Parte desse aporte foi utilizado para aquisição da *trading* de energia.

Informações financeiras de subsidiárias:

	Período de seis meses findos em 30/06/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	14.768.181	(11.518.483)	3.249.698	497.364
Comercializadora de Gás S.A.	190.097	(13.826)	176.271	16.167
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	17.795	(624)	17.171	(34)
Rota 4 Participações S.A.	4.683	(89)	4.594	(10)

7.2 Aquisição de subsidiárias

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital das seguintes empresas:

Nome da adquirida	Descrição da operação
Compass Comercializadora de Energia Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Geração Ltda	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Energia Ltda	Sem operação
Black River Participações	Sem operação

A subsidiária Comercializadora de Gás adquiriu o controle da Black River Participações Ltda. ("Black River") e sua subsidiária Compass Comercializadora de Energia Ltda. ("Compass Comercializadora"), além do controle da Compass Geração Ltda. ("Compass Geração") e da Compass Energia Ltda. ("Compass Energia"), denominadas em conjunto "Compass".

A aquisição tem como objetivo de reforçar a estratégia de expansão e consolidação da operação de gás e energia, que tende a crescer significativamente. Das empresas mencionadas acima, a Black River foi adquirida apenas pelo seu único ativo, o investimento na Compass Comercializadora.

Notas Explicativas

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida dos quatro negócios combinados totalizou R\$ 95.000 (R\$90.247, líquido de caixa recebido) com pagamento à vista, sem parcelas adicionais (fixas ou variáveis). O valor justo de aquisição gerou uma alocação de ágio preliminar de R\$90.507.

Os saldos das entidades adquiridas são substancialmente compostos por ativos e passivos mensurados ao valor justo e, portanto, nenhum ajuste deverá ser feito.

a) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	Compass Comercializadora	Compass Geração	Compass Energia	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.539	177	37	4.753
Contas a receber de clientes	12.384	149.163	-	161.547
Adiantamento de fornecedores	15	-	-	15
Outros tributos a recuperar	134	89	31	254
Instrumentos financeiros derivativos	1.377	-	-	1.377
Investimentos em associadas	9	28	-	37
Imobilizado	69	-	-	69
Fornecedores	(13.585)	(83.669)	-	(97.254)
Outros tributos a pagar	-	(162)	-	(162)
Outras contas a pagar	(97)	-	-	(97)
Outros passivos financeiros	-	(48.007)	-	(48.007)
Dividendos a pagar	-	(508)	-	(508)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(17.063)	-	(17.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(468)	-	-	(468)
Total dos ativos identificáveis, líquido	4.377	48	68	4.493

Notas Explicativas

b) Ágio preliminar

O valor justo na data de aquisição do ágio consistiu no seguinte:

	Total
Total líquido dos ativos adquiridos e passivo assumidos a valor justo	4.493
Contraprestação transferida ⁽ⁱ⁾	95.000
Ágio preliminar	90.507

- (i) Em 17 de julho de 2020, a Companhia efetuou um pagamento adicional pela aquisição da Compass Trading no valor de R\$ 4.385, conforme previsto no contrato.

Informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição podem resultar em ajustes na alocação do ágio. O ágio de R\$ 90.507 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros decorrentes da aquisição.

Se as subsidiárias adquiridas tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado do período findo em 30 de junho de 2020 apresentaria uma receita líquida de R\$ 4.035.097 e lucro líquido de R\$ 509.366.

7.3 Contribuição de investimento Comgás

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu ao capital social da Compass Gás e Energia a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936, composto pelo patrimônio societário da Comgás adicionado ao saldo de combinação de negócios apurado em sua aquisição pela Cosan. A contribuição das ações da Comgás foi destinada para aumento de capital em R\$622.160 e o remanescente de R\$2.239.776, foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia. O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 1 de janeiro de 2020, a Companhia passou a deter o controle da Comgás.

Os saldos da entidade contribuída são substancialmente compostos por ativos e passivos mensurados ao valor justo e, portanto, nenhum ajuste deverá ser feito.

Notas Explicativas

O valor do acervo patrimonial contribuído pela Cosan à Companhia, na data base de 01 de janeiro de 2020, está demonstrado a seguir:

	Societário	Combinação de negócios	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.083.410	-	1.083.410
Títulos e valores mobiliários	200.233	-	200.233
Contas a receber de clientes	987.397	-	987.397
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	374.730	-	374.730
Estoques	89.586	-	89.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	18.459	-	18.459
Outros ativos circulantes	315.745	-	315.745
Outros ativos não circulantes	72.201	-	72.201
Direito de uso	10.128	-	10.128
Ativos de contrato	594.601	-	594.601
Intangível	4.705.232	3.586.378	8.291.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.244.942)	-	(5.244.942)
Fornecedores	(1.154.206)	-	(1.154.206)
Ordenados e salários a pagar	(59.928)	-	(59.928)
Outras contas a pagar circulantes	(683.555)	-	(683.555)
Arrendamentos	(10.843)	-	(10.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-	(1.219.369)	(1.219.369)
Provisão para demandas judiciais	(128.735)	-	(128.735)
Benefícios pós emprego	(630.549)	-	(630.549)
Outras contas a pagar não circulantes	(19.454)	-	(19.454)
Total dos ativos contribuídos, líquido	519.510	2.367.009	2.886.519
Controladores	515.085	2.346.851	2.861.936
Não controladores	4.425	20.158	24.583

7.4 Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio – ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a subsidiária da Companhia que possui participação relevante de não controladores:

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	132.520.587	1.124.363	0,85%

Movimentação:

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado líquido do período	Contribuição de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 30 de Junho de 2020
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	-	4.236	24.583	15	(1.158)	27.676
	-	4.236	24.583	15	(1.158)	27.676

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a subsidiária da Companhia que possui participações de não controladores relevantes:

Balanco patrimonial resumido:

	Comgás
	30/06/2020
Ativo	
Circulante	5.119.527
Não circulante	9.648.653
Total ativo	14.768.180
Passivo	
Circulante	(4.391.556)
Não circulante	(7.126.926)
Total passivo	(11.518.482)
Patrimônio líquido	3.249.698

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Comgás
	30/06/2020
Receita líquida	3.721.208
Resultado antes dos impostos	745.509
Imposto de renda e contribuição social	(248.145)
Resultado do líquido	497.364
Resultado abrangentes	-
Total	497.364

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Comgás
	30/06/2020
Caixa gerado nas atividades operacionais	919.370
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.256.293)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	1.643.722
Acréscimo do caixa e equivalentes de caixa	1.306.799
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.083.409
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.390.208

Notas Explicativas

8 Intangível e ativo de contrato

Política contábil

a) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Direitos de concessão

A subsidiária Comgás possui um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a subsidiária Comgás reconhece esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, que estão sendo amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a subsidiária Comgás, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pela ARSESP, para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

Notas Explicativas

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições da ARSESP.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

d) Ativos de contrato

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

e) Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f) Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende adequado o uso de um período superior a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

Notas Explicativas

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

	Direito de concessão ^(iv)	Ágio	Relacionamento com clientes	Relacionamento com clientes em andamento	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	38.502	38.502
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	-	90.507	-	-	90.507
Contribuição de investimento ⁽ⁱⁱ⁾	11.581.637	-	824.145	55.332	12.461.114
Baixas	(20.572)	-	(87)	-	(20.659)
Transferências ⁽ⁱⁱⁱ⁾	288.391	-	45.381	(48.010)	285.762
Saldo em 30 de junho de 2020	11.849.456	90.507	869.439	45.824	12.855.226
Valor da amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-
Adições	(204.093)	-	(28.001)	-	(232.094)
Contribuição de investimento ⁽ⁱⁱ⁾	(3.451.818)	-	(717.686)	-	(4.169.504)
Baixas	14.845	-	65	-	14.910
Saldo em 30 de junho de 2020	(3.641.066)	-	(745.622)	-	(4.386.688)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	8.208.390	90.507	123.817	45.824	8.468.538

(i) Para mais detalhes, vide nota 7.2.

(ii) Para mais detalhes, vide nota 7.3.

(iii) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12 / ICPC 01.

Notas Explicativas

- (iv) Em 28 de maio de 2012, a Cosan S.A. assinou contrato de compra e venda de ações com a Integral Investments B.V. ("Integral"), adquirindo 60,05% do capital social da Comgás por R\$3.400.000 na data de conclusão da transação em 5 de novembro de 2012. O valor justo do intangível adquirido foi de R\$8.014.135, e contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R\$4.460.113, apurado com base no fluxo de caixa descontado do contrato de concessão existente entre Comgás e poder concedente.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999, com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a Comgás tem o direito de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. As condições contratuais necessárias para prorrogação do contrato de concessão junto ao Poder Concedente estão sob controle da Comgás, uma vez que se tratam, principalmente, de atendimento a requerimentos operacionais e técnicos, além da continuidade do interesse público e econômico. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Comgás o direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados naquela época.

O montante alocado ao direito de concessão é amortizado de forma linear pelo período concessão, considerando a prorrogação de 20 anos. Em caso de não haver prorrogação, a Companhia deverá transferir o valor residual do ativo intangível para um ativo financeiro, a ser ressarcido pelo Poder Concedente.

a) Capitalização de custos de empréstimos

Foram capitalizados no período, R\$ 18.263 a uma taxa média ponderada de 6,12% a.a.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ágio

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o período. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia e demais entidades dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

c) Ativos de contrato

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	594.601
Adições	416.321
Transferência para direito de concessão e relacionamento com clientes	(300.632)
Saldo em 30 de junho de 2020	710.290

(i) Para mais detalhes, vide nota 7.3.

9 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a subsidiária Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 10.863.705, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

10 Ativo e passivo setorial

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da subsidiária Comgás, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Notas Explicativas

Em 10 de junho de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.010 que dispõe sobre o mecanismo de atualização do custo médio ponderado do gás e transporte nas tarifas de gás canalizado e sobre o mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e do transporte. Esse mecanismo visa apuração mensal por segmento de usuários e considerando as parcelas de recuperação anteriormente estabelecidas e em processo de compensação. Conforme disposto em tal deliberação, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à subsidiária Comgás ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Comgás mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a subsidiária Comgás entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No período findo em 30 de junho de 2020, a subsidiária Comgás registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$92.147), sendo (R\$101.812) em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, e R\$9.665 em contrapartida ao resultado financeiro.

O saldo do ativo (passivo) financeiro setorial líquido é apresentado a seguir:

	30/06/2020
Custo do gás	404.907
Créditos de tributos	(497.054)
Total	(92.147)

Notas Explicativas

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o período findo em 30 de junho de 2020 foi a seguinte:

	Ativos setoriais	Passivos setoriais	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	-	-	-
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	368.297	-	368.297
Créditos de tributos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(497.054)	(497.054)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	9.665	-	9.665
Receitas não operacionais ^(iv)	26.945	-	26.945
Saldo em 30 de junho de 2020	404.907	(497.054)	(92.147)
Circulante	404.907	(93.587)	311.320
Não circulante	-	(403.467)	(403.467)
	404.907	(497.054)	(92.147)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido superior a portaria que será coletado dos consumidores.
- (ii) Créditos, majoritariamente, decorrentes da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado da ação, e que deverá ser objeto de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento conforme descrito na nota 12.
- (iii) Atualização monetária sobre o custo do gás.
- (iv) Ressarcimento das despesas com perdas regulatórias conforme Deliberação ARSESP 977 de 08 de abril de 2020 que serão coletados dos consumidores.

11 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas

b) Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas,

Notas Explicativas

mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2020	
	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	501.637	761.471
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(170.557)	(258.900)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	173.148	3
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	-	984
Outros	(11)	4.895
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	2.580	(253.018)
Taxa efetiva	(0,51%)	33,23%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	434	-	1.031	-
Base negativa de contribuição social	156	-	371	-
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	-	-	65.001	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	41.774	-
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	221.511	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	-	-	27.282	-
Transações com pagamento baseado em ações	832	-	3.222	-
Provisões de participações no resultado	-	-	5.873	-
Diferenças temporárias	2.047	889	16.228	889
Arrendamento mercantil	-	-	270	-
Outros	-	-	5.401	-
	3.469	889	387.964	889
Créditos passivos de diferenças temporárias:				
Resultado não realizado com derivativos	-	-	(131.452)	-
Combinação de negócios - Intangível	-	-	(1.198.643)	-
Revisão de vida útil de intangível	-	-	(243.767)	-
Outros	-	-	(22.377)	-
	-	-	(1.596.239)	-
Total de tributos diferidos registrados	3.469	889	(1.208.275)	889
Diferido ativo	3.469	889	8.690	889
Diferido passivo	-	-	(1.216.965)	-

Notas Explicativas

- (i) A subsidiária Comgás considera o regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.
- (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 16,5 anos.

c) Movimentações no imposto diferido

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	889	889
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	2.580	(7.786)
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	-	(1.200.910)
Combinação de negócios ⁽ⁱⁱ⁾	-	(468)
Saldo em 30 de junho de 2020	3.469	(1.208.275)

- (i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.
- (ii) Para maiores detalhes, vide nota 7.2.

d) Movimentação analítica no imposto diferido

I. Impostos diferidos ativos - Controladora

	Benefícios a empregados	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	889	-	889
(Cobrado) / creditado do resultado do período	832	1.158	590	2.580
Saldo ativo em 30 de junho de 2020	832	2.047	590	3.469

I. Impostos diferidos ativos - Consolidado

	Obrigações de benefícios pós-emprego	Benefícios a empregados	Prejuízo fiscal e base negativa	Arrendamento	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	889	889
(Cobrado) / creditado do resultado do período	7.124	(2.618)	1.402	28	(2.084)	-	(49.436)	(45.584)
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	214.387	11.713	-	243	86.479	6.904	54.846	374.572
Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	58.097	-	58.097
Saldo ativo em 30 de junho de 2020	221.511	9.095	1.402	271	84.395	65.001	6.299	387.974

Notas Explicativas

II. Impostos diferidos passivos - Consolidado

	Combinação de negócios - Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-
(Cobrado) / creditado do resultado do período	20.726	(48.975)	13.669	(5.719)	(20.299)
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	(1.219.369)	(82.477)	(257.436)	(16.200)	(1.575.4)
Combinação de negócio ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	(468)	(468)
Saldo passivo em 30 de junho de 2020	(1.198.643)	(131.452)	(243.767)	(22.387)	(1.596.2)

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

(ii) Para maiores detalhes, vide nota 7.2.

Avaliamos a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base na geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia espera realizar o imposto diferido total sobre diferenças temporárias

12 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Notas Explicativas

A Companhia possui passivos contingentes e depósitos judiciais em 30 de junho de 2020 em relação a:

	Provisão para demandas judiciais
	Consolidado
	30/06/2020
Tributárias	8.066
Cíveis, ambientais e regulatórias	48.812
Trabalhistas	73.793
	130.671

	Depósitos judiciais
	Consolidado
	30/06/2020
Tributárias	21.937
Cíveis, ambientais e regulatórias	21.167
Trabalhistas	12.013
	55.117

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórios	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-
Provisionado no período	-	490	2.609	3.099
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	8.663	47.213	72.859	128.735
Baixas por reversão / pagamento ⁽ⁱⁱ⁾	(419)	(269)	(2.149)	(2.837)
Atualização monetária	(178)	1.378	474	1.674
Saldo em 30 de junho de 2020	8.066	48.812	73.793	130.671

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

(ii) Valores líquidos de reversões.

A Companhia possui débitos garantidos por bens, ou ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado
	30/06/2020
Tributárias	2.580.732
Cíveis, ambientais e regulatórias	95.703
Trabalhistas	32.471
	2.708.906

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado
	30/06/2020
IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾	2.015.097
Compensação tributos federais	480.727
Outros	84.908
	2.580.732

- (i) Em 5 de novembro de 2012, a Provence Participações S.A. ("Provence"), empresa controlada pela Cosan S.A., adquiriu a Comgás da BG Gás São Paulo Investments BV ("BG") por R\$3.400.000 e registrou um ágio de R\$2.482.767. Em 19 de dezembro de 2012, a Comgás incorporou a Provence para simplificar a estrutura societária e, como consequência, a Comgás registrou ativos fiscais diferidos de R\$844.141, relacionados ao benefício fiscal sobre o ágio anteriormente registrado na Provence, consumido de 2013 a 2018. Em abril de 2016, a Comgás recebeu autos de infração das autoridades fiscais brasileiras, relativos aos exercícios findos em 2013 e 2014, referentes à amortização do ágio pago pela aquisição na incorporação reversa. Em 14 de fevereiro de 2020, a Comgás recebeu autos de infração dos exercícios findos em 2015 e 2016, no montante de R\$1.228.416.

Notas Explicativas

A Comgás apresentou impugnação, considerando que deduziu corretamente o valor adicionado ao cálculo do lucro tributável e da base de contribuição social, uma vez que: (i) o ágio pago é suportado por laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria independente; (ii) existem fatores jurídicos, comerciais e econômicos que demonstram o objetivo comercial e a substância econômica da operação e removem riscos de outras estruturas corporativas possíveis; e (iii) existem decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") em casos semelhantes que reconhecem a validade da amortização fiscal do ágio pago. Os advogados da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível, com viés de perda remota e, portanto, nenhuma provisão foi registrada conforme o CPC 25 / IAS 37.

Adicionalmente, a Companhia não identificou efeitos da adoção do ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão.

b) Cíveis, ambientais e regulatórias

As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos (iii) ações civis públicas relacionadas à queima de palha de cana-de-açúcar; e (iv) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

Notas Explicativas

c) Trabalhistas

As entidades também integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; alegando supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária em relação aos prestadores de serviço; e outros. Além disso, as entidades também têm ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho com alegação de suposto descumprimento de normas trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho; Existem Termos de Ajustamento de Conduta assinados com as autoridades brasileiras.

Ativos contingentes

- (i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS/COFINS.

Ainda há um montante aproximado de R\$932.000 na Comgás, referente a exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS, decorrente de período anterior à decisão do STF e sem trânsito em julgado, que permanece como ativo contingente.

Notas Explicativas

(ii) Em 06 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, o valor de R\$ 697.233 em moeda de abril de 2018, antes de atualizações monetárias, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020. Com a publicação da referida Deliberação, não há mais discussões de natureza tarifária relativas a períodos anteriores com a Agência Reguladora. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por não atender os critérios contábeis.

Em 27 de maio de 2020, em continuidade à Deliberação nº 933, a ARSESP aprovou, por meio da Deliberação nº 995, o montante de R\$683.358 mais atualização monetária desde abril de 2018, como resultado da Terceira Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicada ao valor dos ativos devolvidos pela Comgás, no término da concessão, ou a qualquer valor a pagar pela subsidiária Comgás, se a concessão for renovada ou em conexão com qualquer renovação do contrato de concessão.

(iii) A Companhia possui uma ação indenizatória em razão de desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão, no que concerne às revisões tarifárias. O direito a recomposição é resultado de equivocados critérios quanto à revisão tarifária. O valor atualizado da ação é de R\$419.900 a título de reequilíbrio econômico-financeiro da Comgás.

13 Patrimônio líquido

Política contábil:

a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 10 - Imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a) Capital social

Em 30 de janeiro de 2020, foi realizado aumento de capital na Companhia, por meio de subscrição de 6.222.650 ações nominativas em favor de acionistas não controladores, totalizando um montante de R\$75.000 (equivalente a 0,99% do capital social da Compass Gás e Energia S.A.). O capital social da Companhia passou a ser R\$628.488, dividido em 628.487.690 ações ordinárias.

O capital subscrito de R\$ 628.488, inteiramente integralizado, é representado por 628.487.690 ações ordinárias nominativas em 30 de junho de 2020 e 105.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000.

O capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Notas Explicativas

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 30/06/2020		Quantidade de ações - milhares em 31/12/2019	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Cosan S.A.	623.085	99,14	105	100,00
Outros	5.403	0,86	-	-
Total	628.488	100,00	105	100,00

14 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	30/06/2020
Resultado líquido atribuível à detentores de ações ordinárias - básico	504.217
Efeito da diluição:	
Efeito de diluição do plano de opções de ações da subsidiária	(1.410)
Resultado atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	502.807
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)	628.009
Efeito de diluição do plano de opções de ações	1.311
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído (em milhares de ações)	629.320
Resultado por ação	
Resultado por ação - básico (em R\$)	0,80288
Resultado por ação - diluído (em R\$)	0,79897

15 Receita operacional líquida

Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada nos contratos com clientes. As receitas de vendas de gás natural são registradas com base no volume de gás natural vendido e suas respectivas tarifas especificadas nos termos contratuais estabelecidas pela ARSESP.

A receita é reconhecida quando o gás ou energia elétrica é entregue nos pontos de entrega (predeterminados nos contratos com cada cliente), ou seja, a obrigação de desempenho na entrega do gás ou energia elétrica é satisfeita. Os clientes obtêm controle do gás quando ele é transferido através de gasodutos ou linhas de transmissão para o cliente.

De acordo com os termos contratuais, as taxas e juros em atraso são calculados com base nos saldos em aberto nas datas de vencimento originais das faturas.

Notas Explicativas

O preço de transação da Companhia inclui o custo do gás ou energia elétrica e multas por atrasos como contraprestação variável e exclui qualquer estimativa da contraprestação variável.

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás fornecido para o qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A subsidiária Comgás acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Notas Explicativas

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Serviços prestados

A Companhia presta serviço de instalação de equipamentos de gás natural. Esses serviços são reconhecidos como uma obrigação de desempenho cumprida ao longo do tempo. A receita é reconhecida por esses serviços de instalação com base no estágio de conclusão do contrato. A Companhia avaliou que o estágio de conclusão determinado como a proporção do tempo total esperado para instalação decorrido no final do período é uma medida apropriada do progresso em direção à satisfação completa dessas obrigações de desempenho. O pagamento pelos serviços não é devido pelo cliente até que os serviços de instalação estejam completos e, portanto, um ativo de contrato é reconhecido durante o período em que os serviços de instalação são executados, representando o direito da Companhia de considerar os serviços executados até a data.

v. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Notas Explicativas

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de *trading*

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	Consolidado
	30/06/2020
Receita bruta na venda de gás	4.862.546
Comercialização de energia elétrica	346.114
Receita bruta na prestação de serviços	26.471
Receita de construção	416.319
Impostos e deduções sobre vendas	(1.616.353)
Receita operacional líquida	4.035.097

Notas Explicativas

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento no tempo:

	Consolidado
	30/06/2020
Momento específico no tempo	
Distribuição de gás	3.282.601
Comercialização de energia	313.888
Prestação de serviços	22.289
	3.618.778
Ao longo do tempo	
Receita de construção	416.319
	416.319
Total das receitas líquidas	4.035.097

16 Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	Consolidado
	30/06/2020
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(1.660.316)
Custo de construção	(416.319)
Custo do transporte e outros	(637.702)
Amortização	(236.280)
Despesas com materiais e serviços	(208.040)
Despesas com pessoal	(109.490)
	(3.268.147)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.714.337)
Despesas de vendas	(360.994)
Despesas gerais e administrativas	(192.816)
	(3.268.147)

(i) Inclui o montante de R\$ 368.297 decorrente do reconhecimento do ativo setorial detalhado na nota 10.

Notas Explicativas

17 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado
	30/06/2020
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais	(932)
Resultado nas alienações e baixas de ativo intangível	(3.114)
Perda de inventário	(1.522)
Créditos previdenciários	3.292
Ressarcimento de perdas do gás no processo ⁽ⁱ⁾	26.945
Outros	15.704
	40.373

- (i) Ressarcimento das despesas com perdas regulatórias da subsidiária Comgás conforme Deliberação ARSESP 977 de 08 de abril de 2020 que foi reconhecido, conforme detalhado na nota 10.

18 Resultados financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	30/06/2020	
	Controladora	Consolidado
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(30)	(80.291)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	(199.787)
Resultado com derivativos e valor justo	-	144.043
Fianças e garantias sobre dívida	-	(9.152)
	(30)	(145.187)
Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa	649	32.624
	649	32.624
Custo da dívida, líquida	619	(112.563)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	(30)	66.172
Atualização de outros ativos financeiros	-	(13.383)
Juros sobre outras obrigações	-	(31.150)
Despesas bancárias e outros	(106)	17.994
Variação cambial líquida	-	27.078
	(136)	66.711
Resultado financeiro, líquido	483	(45.852)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(166)	(172.598)
Receitas financeiras	649	124.617
Variação cambial líquida	-	(199.787)
Efeito líquido dos derivativos	-	201.916
Resultado financeiro, líquido	483	(45.852)

Notas Explicativas

19 Gestão de risco financeiro

Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros Reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(i) Análise de sensibilidade	Swap de juros.
Risco de mercado – Preços	(i) Transações comerciais futuras.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Preço futuro de energia elétrica (compra e venda)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	(i) Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco do Grupo é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Notas Explicativas

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía instrumentos financeiros designados ao *fair value option*.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

Notas Explicativas

i. Risco cambial

Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	30/06/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.025.083)
Instrumentos financeiros derivativos	1.025.083
Risco cambial líquido	-

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 30 de junho de 2020, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Fator de risco	Cenário				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de R\$/U.S.\$	42.306	(245.694)	(491.388)	245.694	491.388
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de R\$/U.S.\$	(42.306)	245.694	491.388	(245.694)	(491.388)
Impactos no período		—	—	—	—	—

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 30 de junho de 2020, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Notas Explicativas

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
Cenário						
	30/06/2020	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,48	5,25	6,56	7,88	3,94	2,63

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	52.933	66.166	79.400	39.700	26.467
Títulos e valores mobiliários	21.740	27.176	32.611	16.305	10.870
Instrumentos financeiros derivativos	-	(67.667)	(105.067)	12.271	55.038
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(196.548)	(238.713)	(280.878)	(154.382)	(112.217)
Impactos de (perda) ou ganhos no período	(121.875)	(213.038)	(273.934)	(86.106)	(19.842)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Cenário				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,15%	2,69%	3,23%	1,61%	1,08%
CDI	2,15%	2,69%	3,23%	1,61%	1,08%
TJLP	4,80%	6,00%	7,20%	3,60%	2,40%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	5,80%	7,00%	8,20%	4,60%	3,40%
IPCA	3,07%	3,83%	4,60%	2,30%	1,53%
IGPM	3,84%	4,80%	5,75%	2,88%	1,92%

Notas Explicativas

iii. Risco de preços

A partir de janeiro de 2020, a Companhia ingressou no mercado de comercialização de energia, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração, expondo a Companhia ao risco de preço desta *commodity*.

Posição patrimonial e ganhos não realizados em operações de *trading* de energia, líquidos

As operações de comercialização de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações.

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de trading em aberto estão abaixo apresentados.

	30/06/2020		
	Ativo	Passivo	Ganho líquido
Comercialização de energia	40.260	(8.906)	31.354

O principal fator de risco que impacta a precificação das operações de trading é a exposição aos preços de mercado da energia. Os cenários para análise de sensibilidade para este fator são elaborados utilizando dados de mercado e fontes especializadas, considerando preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de 30 de junho de 2020, como segue:

	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Ganhos não realizados com comercialização de energia	31.354	(53.140)	(137.633)	115.847	200.340

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.435.638	113
Títulos e valores mobiliários	1.011.180	-
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	937.810	-
Instrumentos financeiros derivativos	589.830	-
Recebíveis de partes relacionadas	889	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	84	-
	4.975.431	113

- ⁽ⁱ⁾ Em 30 de junho de 2020, a subsidiária Comgás possuía uma carteira de aproximadamente 2 milhões de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia está exposto a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Notas Explicativas

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
AAA	3.637.307	113
AA	399.341	-
	4.036.648	113

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					30/06/2020	31/12/2019
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.389.744)	(393.069)	(4.740.579)	(1.239.446)	(8.762.838)	-
Instrumentos financeiros derivativos	169.087	54.828	302.594	-	526.509	-
Fornecedores	(1.271.962)	-	-	-	(1.271.962)	-
Outros passivos financeiros	(86.995)	-	-	-	(86.995)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(1.478)	-	-	-	(1.478)	-
Parcelamento de débitos tributários	(702)	(708)	(1.441)	(4.178)	(7.029)	-
Arrendamentos	(3.169)	(2.215)	(8.017)	(1.603)	(15.004)	-
Pagáveis a partes relacionadas	(22.649)	-	-	-	(22.649)	(2.616)
	(3.607.612)	(341.164)	(4.447.443)	(1.245.227)	(9.641.446)	(2.616)

Notas Explicativas

20 Obrigações de benefício pós-emprego

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia fornece plano de contribuição definida para todos os funcionários. Os ativos do plano são o plano Futura (Futura II - Entidade de Previdência Complementar) e o Plano de Pensões Comgás - PLAC. O Grupo não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

Notas Explicativas

ii. Plano médico

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

A obrigação de benefício definido é calculada ao final de cada exercício por atuários independentes e, portanto, as premissas e estimativas utilizadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	31/12/2019
Obrigação de benefício definido inicial	507.418
Custo dos serviços correntes	480
Juros sobre obrigação atuarial	45.601
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	113.609
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(4.726)
Benefícios pagos	(29.517)
Obrigação de benefício definido final	632.865
Valor justo inicial dos ativos do plano	(3.098)
Receitas de juros	(273)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros)	(683)
Contribuições do empregador	(28.053)
Benefícios pagos	29.791
Valor justo final dos ativos do plano	(2.316)
Passivo líquido de benefício definido	630.549

A Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM nº 695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A movimentação do período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	630.549
Custo dos serviços correntes	270
Juros sobre obrigação	22.784
Benefícios pagos	(14.544)
Saldo em 30 de junho de 2020	639.059

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

Notas Explicativas

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	30/06/2020
Taxa de desconto	7,43% a.a.
Taxa de inflação	3,70% a.a.
Crescimento salarial médio	6,81% a.a.
Morbidade (aging factor)	3,00%
Inflação médica	6,81% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 11.

Em 30 de junho de 2020, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 16,5 anos.

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(42.525)	48.426

Notas Explicativas

21 Pagamento baseado em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

a) Plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o plano, os funcionários elegíveis podem receber ações ordinárias anualmente sem pagamento em dinheiro. O número de ações emitidas para os participantes do programa é o valor da oferta dividido pelo preço médio ponderado pelo qual as ações da Comgás são negociadas na Bolsa de Valores.

Notas Explicativas

Para a remuneração baseada em ações liquidada com ações, a despesa é baseada na data de concessão do valor justo dos prêmios que devem ser adquiridos durante o período de carência. Para prêmios com *vesting* graduado, o valor justo de cada tranche é reconhecido durante o respectivo período de carência. Ao final de cada período de reporte, a subsidiária Comgás reavalia suas estimativas do número de prêmios que devem ser adquiridos e reconhece o impacto das revisões na demonstração do resultado.

A metodologia *Black-Scholes* foi utilizada para calcular o valor justo nos termos do Plano de Remuneração Baseada em Ações.

Tipo de programa / Data da outorga	Companhia	Expectativas de exercício (anos)	Ações outorgada	Exercidas / canceladas / transferidas	Disponíveis	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de remuneração baseado em ações						
20/04/2017	Comgás	5	61.300	(5.687)	55.613	47,80
12/08/2017	Comgás	5	97.780	(6.687)	91.093	54,25
01/08/2018	Comgás	5	96.787	-	96.787	59,66
31/07/2019	Comgás	5	83.683	-	83.683	78,58
01/20/2020	Compass Gás e Energia	5	1.858.969	-	1.858.969	13,58
Total			2.198.519	(12.374)	2.186.145	

i. Mensuração dos valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o período encerrado em 30 de junho de 2020 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	30/06/2020	
	Compass Gás e Energia	Comgás
Média ponderada do valor justo na data da outorga	13,58	78,58
Principais premissas:		
Preço de mercado na data de outorga	13,58	79,00
Taxa de juros	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	32,81%

Notas Explicativas

ii. Reconciliação de ações outorgadas em circulação

Não houve movimentação no número de prêmios em aberto e seus preços médios ponderados.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Contribuição de investimento ⁽ⁱ⁾	328.825
Outorgadas	1.858.969
Exercidas	(1.649)
Transferidas	-
Canceladas	-
Saldo em 30 de junho de 2020	2.186.145

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3.

iii. Despesas reconhecidas no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para o período findo em 30 de junho de 2020 foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
30/06/2020	1.788	3.512

Notas Explicativas

ANEXO I

Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolveram caixa em 30 de Junho de 2020

- i. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 24.894, nota 8;
- ii. Contribuição de ativos e passivos da Comgás, conforme detalhado na nota 7.3;
- iii. Reconhecimento dos ativos e passivos setoriais, conforme detalhado na nota 10;
- iv. Refinanciamento de algumas dívidas com o BNDES, conforme detalhado na nota 5.5.

Apresentação de juros e dividendos

- I. A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento.
- II. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Compass Gás e Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 30 de junho de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme mencionado na nota explicativa 5.3 e 15 às demonstrações financeiras, em função da diferença entre as datas de medição dos ciclos mensais de consumo e as datas de fechamento contábil, a Companhia estima o valor de gás distribuído e não faturado, observando o período de competência do fornecimento do gás. Essa receita é calculada considerando uma estimativa de gás consumido por segmento de clientes e sua valoração de acordo com as tarifas aplicáveis para cada um desses segmentos. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber, nesta mesma data é de R\$539.215 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo das contas a receber e contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por segmento de clientes com preços diferentes, e do grau de julgamento exercido pela Administração, na alocação do volume de gás distribuído por segmento.

Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos à alocação dos volumes de gás por segmento e os respectivos preços para cada segmento, de acordo com as tarifas reguladas (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por segmento; ii) recálculo da receita não faturada por segmento, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; iii) estimativa independente da alocação do volume de gás entre os segmentos considerando o histórico de consumo ao final do período e comparação com a estimativa de volume por segmento calculada pela Companhia; iv) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para valoração da receita por segmento

com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; v) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em julho de 2020; vi) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vii) reconciliação do saldo de receita não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita não faturada, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Reestruturação societária

Conforme mencionado na nota explicativa 7.3, a controladora da Companhia, Cosan S.A., realizou determinadas transações societárias envolvendo empresas sob o seu controle, segregando e segmentando as empresas com atividade relacionadas à comercialização de gás e empresas com atividades correlatas. Em 14 de janeiro de 2020, a principal transação dessa reestruturação societária foi a transferência do controle que a Cosan S.A. possuía na Companhia de Gás de São Paulo ("Comgás") para a Compass Gás e Energia S.A., a valor contábil no montante de R\$2.861.936 mil, na data base de 31 de dezembro de 2019, não resultando em impactos no resultado da Companhia.

Aliada à estratégia de integração dos mercados de gás e energia, a Companhia, em 30 de janeiro de 2020, adquiriu o controle da Black River Participações Ltda., que por sua vez controlava a Compass Comercializadora de Energia Ltda. e demais empresas de atividades correlatas, conforme nota explicativa 7.2.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao objeto social da Companhia e de suas operações consolidadas, bem como ao total do ativo da Companhia com investimentos relevantes, e mudança substancial no patrimônio líquido da Companhia e à divulgação detalhada das transações nas notas explicativas 7.2 e 7.3.

Como nossa auditoria endereçou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação e registro contábil das reestruturações societárias e aquisições, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; a análise das documentações referentes à reestruturação e à aquisição, as obrigações acessórias, os impactos contábeis e tributários, a integridade das informações contábeis utilizadas, o envolvimento de especialistas tributários, avaliação de que não foram apurados ganhos ou perdas na reestruturação, e, avaliação da alocação preliminar do valor de mais valia pago pela Companhia pela aquisição de novo negócio.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas 7.2 e 7.3 às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações realizadas na reestruturação societária, incluindo aquisição de novos negócios, consideramos que as transações e análises realizadas e adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7.2 e 7.3, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2020, a Companhia possui registrado ativo de contrato e ativo intangível da concessão, nos montantes de R\$710.290 mil e R\$8.208.390 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da Administração. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu R\$416.321 mil de adições ao ativo de infraestrutura.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito de concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames do balanço patrimonial, individual e consolidado, de 31 de dezembro de 2019 e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios sem modificação, datados de 30 de julho de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora CRC-1SP258643

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 30 de julho de 2020 pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., CRC-2SP034519/O-6.